

CLÁUDIO HENRIQUE DE CASTRO

REFERENDO POPULAR NA DEMOCRACIA SEM POVO

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO
DIREITO ROMANO, NA HISTÓRIA
DO DIREITO DO BRASIL E NA SUÍÇA:
UMA PROPOSTA DO REFERENDO ÀS
ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS



EDITORA ÍTHALA
CURITIBA – 2020

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 JUSTIFICATIVA.....	16
1.2 OBJETIVO GERAL.....	19
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
1.4 MÉTODO DA TESE.....	20
1.4.1 Base teórica.....	21
1.4.2 Pressupostos da tese.....	23
1.4.3 Construção da teoria de base.....	23
2 <i>POPULUS ROMANUS</i> E A SUA FORÇA QUANTO À DELIBERAÇÃO POPULAR: O TRIBUNO DA PLEBE, O VETO E A <i>INTERCESSIO</i> NO DIREITO ROMANO.....	25
2.1 OS PODERES DO <i>POPULUS ROMANUS</i>	26
2.1.1 Episódio do <i>populus romanus</i> em Tito Lívio.....	26
2.1.2 Em busca da definição do <i>populus romanus</i>	33
2.1.3 O enfraquecimento do <i>populus romanus</i>	38
2.2 O TRIBUNATO DA PLEBE E O PODER DE VETO.....	43
2.2.1 Histórico do tribunato da plebe.....	43
2.2.2 A <i>intercessio</i> do tribuno da plebe.....	48
2.2.3 A <i>intercessio</i> , a <i>provocatio ad populum</i> e o <i>plebiscitum</i>	53
2.3 A <i>INTERCESSIO</i> COMO EQUILÍBRIO ENTRE PODERES.....	58
2.3.1 A <i>intercessio</i> nas magistraturas romanas.....	58
2.3.2 O Senado, a <i>intercessio</i> e a <i>auctoritas patrum</i>	62
2.3.3 A decadência do tribunato da plebe e da sua <i>intercessio</i> no Principado.....	67
2.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	73
3 A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA: ESTUDO DE CASO E AS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS AUTORIZADAS POR REFERENDO.....	75
3.1 AS CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS DOS CANTÕES SUÍÇOS.....	75
3.1.1 Escorço sobre a Confederação Suíça.....	76
3.1.2 O equilíbrio das instituições democráticas suíças.....	83

3.1.3 A democracia direta.....	88
3.2 A PARTICIPAÇÃO DIRETA E AS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS..	94
3.2.1 Dispositivos constitucionais que garantem o referendo.....	94
3.2.2 Exemplos de votações e referendos na Suíça	100
3.2.3 A democracia direta e a moderação popular nas alterações constitucionais	105
3.3 OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO MODELO SUÍÇO.....	109
3.3.1 As características políticas das comunas na Suíça.....	110
3.3.2 A estrutura político-jurídica da Confederação Suíça em face da democracia direta	114
3.3.3 O modelo de democracia direta da Confederação Suíça	122
3.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	125
4 O REFERENDO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: HISTÓRICO E PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	127
4.1 HISTÓRICO DO REFERENDO NO BRASIL.....	128
4.1.1 A democracia numa história de ditaduras e regimes autoritários	128
4.1.2 O que acontece antes do referendo	134
4.1.3 Referendo e plebiscito.....	138
4.2 O PODER CONSTITUINTE E A PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	149
4.2.1 O poder constituinte e o povo.....	149
4.2.2 O poder de revisão da Constituição por meio de referendo.....	155
4.2.3 Referendo na Constituinte de 1988.....	161
4.3 ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS E PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO	187
4.3.1 As alterações constitucionais programadas pelo Poder Constituinte Originário na Constituição de 1988.....	187
4.3.2 Se o poder constituinte derivado pode rever o poder constituinte originário.....	193
4.3.3 Consulta popular e o poder constituinte derivado	199
4.4 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	207
5 A APROVAÇÃO DO REFERENDO: OBSTÁCULO ÀS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS PELO PODER CONSTITUINTE DERIVADO.....	209
5.1 O REFERENDO E A PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	210
5.1.1 A matéria objeto de referendo	210
5.1.2 O referendo é uma escolha política	219
5.1.3 Direitos fundamentais e o referendo	223

5.2 O REFERENDO ÀS INTERPRETAÇÕES CONSTITUCIONAIS DO STF.....	230
5.2.1 Os limites do Supremo Tribunal Federal pelo poder constituinte originário.....	230
5.2.2 Tendências à contenção do Supremo Tribunal Federal e o referendo	236
5.2.3 A construção da opinião popular no processo do referendo	240
5.3 PROPOSTA TEÓRICA CONSTITUCIONAL DE MUTABILIDADE CONTROLADA PELO VETO DO PODER POPULAR POR MEIO DO REFERENDO.....	250
5.3.1 O direito fundamental ao referendo: as bases no Direito Romano	250
5.3.2 O direito fundamental ao referendo: as bases na Confederação Suíça	255
5.3.3 O direito fundamental ao referendo e um <i>continuum</i> constitucional	259
5.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO.....	261
6 CONCLUSÕES.....	263
REFERÊNCIAS	271